



22 de dezembro 2021
ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE
2020

ESTADO DO AMBIENTE 2020

Em 2020, no contexto da pandemia COVID-19 em que se verificou uma forte contração da atividade económica e condicionamentos à mobilidade de pessoas, as emissões de GEE reduziram-se em 8,5% face a 2019, o consumo de energia final decresceu 7,2% e a qualidade do ar melhorou, com 33,8% dos dias com qualidade do ar “muito bom” (+2,7 p.p. que em 2019). A energia produzida a partir de fontes renováveis representou 59,6% do total (+5,4 p.p. face a 2019).

Nem todos os indicadores ambientais tiveram evolução positiva, efetivamente, verificou-se:

- o agravamento do desempenho do rácio “resíduos urbanos por unidade de PIB” (108,5, após 99,4 em 2019), resultado do decréscimo de 8,4% do PIB, dado que o volume de resíduos diminuiu 0,06%;
- o afastamento das metas de gestão de resíduos urbanos preconizadas para 2020: o indicador de preparação para a reutilização e reciclagem sofreu um decréscimo de 3 p.p., fixando-se em 38%, piorando a convergência com a meta de 50%; a deposição de resíduos urbanos em aterro cresceu 8 p.p., para 53%, afastando-se assim da meta de 35% definida;
- a diminuição do grau de adesão das empresas à adoção de atividades de gestão e proteção do ambiente: 16,3% das empresas industriais desenvolviam atividades de gestão e proteção do ambiente, -1,8 p.p. face a 2019.



Introdução

É hoje publicada a edição de 2021 das Estatísticas do Ambiente. Esta publicação está organizada em sete capítulos, que abrangem os principais setores do sistema de informação sobre o ambiente.

Além desta informação, é disponibilizado um conjunto de dados adicionais no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt).

A comparação dos resultados de 2020 com 2019, evidencia os seguintes aspetos principais:

População e Atividades Humanas

Variação populacional foi praticamente nula, devido ao saldo natural que se mantém negativo desde 2009 e que se agravou em resultado da pandemia COVID-19 (123 358 óbitos versus 84 426 nascimentos).

Os efeitos da pandemia também se fizeram sentir sobre a atividade económica, com o contributo da procura interna a diminuir 5,6%, refletindo sobretudo uma diminuição do consumo privado (-7,3%), realçando-se a redução da despesa das famílias com bens correntes não alimentares e serviços (-10,4%) e com bens duradouros (-7,7%).

O Índice de Produção Industrial também diminuiu (-7,0%), acentuando o decréscimo de 2,3% verificado no ano anterior.

A Entrada Direta de Materiais na economia nacional para produção ou consumo totalizou 208,1 milhões de toneladas, o que reflete um decréscimo de 2,3% face a 2019, redução que foi assim inferior à redução do PIB que se cifrou em -8,4%.

Ar e Clima

Em Portugal continental, 2020 classificou-se como um ano muito quente e seco. A década 2011-2020 foi a mais quente desde 1931 (anomalia de + 0,51 °C) e a segunda mais seca, correspondendo a 76% do valor normal de precipitação.

Emissões estimadas de Gases de Efeito de Estufa reduziram-se em 8,5% face a 2019. O decréscimo das emissões no setor de produção de eletricidade (-18,8%) deveu-se a um maior recurso às fontes renováveis e diminuição do consumo de carvão; a variação das emissões pelos transportes (-15,9%) foi consequência das medidas de confinamento da população devido à pandemia.

O Índice de Qualidade do Ar contabilizou que, em média, mais de 1/3 dos dias (33,8%) apresentaram uma qualidade do ar “muito bom”, resultado superior aos 31,1% apurados em 2019.



Água

Foram monitorizadas 620 águas balneares (614 em 2019). A esmagadora maioria continua classificada de “Excelente” (94,3% das Águas Balneares Costeiras e de Transição e 75,5% das Águas Balneares Interiores).

Em 2021, 372 praias foram distinguidas com a Bandeira Azul, um novo máximo correspondente a mais 12 praias, face a 2020.

Solo, Biodiversidade e Paisagem

Foram criadas 22 novas Zonas de Intervenção Florestal, alargando a área territorial afeta para 1 697 mil hectares, num total de 245 zonas.

Ocorreram 9 678 incêndios rurais em Portugal, responsáveis por uma área ardida de 68,6 mil hectares, o que correspondeu a menos 1 208 ocorrências, mas a mais 26,4 mil hectares ardidos face a 2019.

Medidas agroambientais beneficiaram 53 638 agricultores (59 448 em 2019), que receberam apoios num total de 158 milhões de euros (165 milhões de euros em 2019).

Resíduos

A quase manutenção dos resíduos urbanos gerados num cenário de forte contração económica, agravou o rácio entre os resíduos urbanos e o PIB, índice 100 (2015=100), em 8,5% face a 2015.

Na Gestão de resíduos urbanos aumentou a distância para as metas relativas à preparação para a reutilização e reciclagem (-12 p.p. da meta e -3 p.p. de 2019) e à deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (afastamento de 18 p.p. face à meta e de 8 p.p. comparativamente a 2019).

Os resíduos setoriais gerados pelo tecido empresarial totalizaram 11,3 milhões de toneladas (-0,9% face a 2019), destacando-se a construção e a agricultura enquanto os únicos setores económicos a gerarem mais resíduos, o que reflete igualmente o impacto heterogéneo da pandemia nos diversos ramos da atividade económica.

Energia e Transportes

O consumo de energia final em Portugal decresceu 7,2%. O impacto da pandemia COVID-19 fez-se sentir na estrutura de consumo por setor de atividade, com o setor doméstico, a construção e obras públicas e a agricultura e pescas a aumentarem os seus pesos relativos e os setores dos transportes e dos serviços a perderem importância.

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis representou 59,6% do total de eletricidade produzida em Portugal (54,2% em 2019).

A venda de veículos novos tal como o consumo de combustíveis no transporte rodoviário foram severamente afetados pela pandemia, tendo diminuído respetivamente 35,0% e 15,2%.



A idade média dos veículos ligeiros de passageiros aumentou de 13,1 para 13,5 anos (64,4% tinham em 2020 mais de 10 anos, que compara com 62,0% em 2019).

Por cada veículo movido a GPL ou outras motorizações, existiam 25,2 veículos a gasóleo, que compara com 31,7 veículos a gasóleo em 2019.

Economia e Finanças do Ambiente

A despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental continuou a aumentar, fixando-se em 2020 nos 1 585 milhões de euros (1 388 milhões de euros em 2019).

Transferências correntes realizadas pelo Fundo Ambiental aumentaram cerca de 48% e atingiram os 562 milhões de euros (380 milhões de euros em 2019).

16,3% das empresas industriais desenvolviam atividades de gestão e proteção do ambiente (-1,8 p.p. em comparação com o ano transato).

As entidades produtoras de bens e serviços de ambiente faturaram 8,5 mil milhões de euros (8,1 mil milhões de euros em 2019), dos quais 3,7 mil milhões de euros resultaram de atividades ambientais no âmbito de proteção do ambiente, o que representa um decréscimo de 10,8%, face a 2019.

O número de inscritos nas ONGA, 221 283 associados, diminuiu 8,0% e as atividades por estas desenvolvidas decresceram 18,9%, decorrente dos efeitos da pandemia COVID-19. Destacam-se as reduções nas atividades relativas a passeios de natureza (-41,2%), realização de congressos, seminários e ações de formação (-37,7%) e ações junto dos media (-30,2%).

O número de bombeiros dos quadros de comando e ativo decresceu 3,0%, fixando-se em 26 125 indivíduos (26 939 em 2019). A participação voluntária manteve-se predominante (61,3% do total que compara com 63,1% em 2019).

Valor dos impostos com relevância ambiental reduziu-se 12%, refletindo os efeitos particularmente significativos da pandemia COVID-19 na receita de impostos associados à aquisição e utilização de veículos automóveis.

As aprovações do Portugal 2020 no domínio do ambiente, face à dotação programada, ascenderam a 92,3% (3 655 milhões de euros), estando já concretizado 46,2% (1 687 milhões de euros) das aprovações.